

Quando o 'não' é fundamental

BRASÍLIA — Pelo menos uma grande polêmica já divide os constituintes para o segundo turno de votação. Trata-se da possibilidade de uma emenda suprimir expressões que modifiquem o sentido do dispositivo. O corte da palavra "não", por exemplo, inverte o sentido de qualquer matéria. Consultado formalmente pelo Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que não aceita a supressão destas expressões, o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ficou de apresentar uma resolução da Mesa sobre o assunto nos próximos dias.

Principal regimentalista da Liderança do PMDB, Nelson Jobim defende com vigor sua posição.

— O doutor Ulysses está examinando, mas a verdade é que isto caracteriza uma emenda modificativa. Ela é supressiva apenas na forma — afirmou o Deputado.

Já o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos líderes do Centrão, acha que é possível a supressão de expressões que modifiquem o significado dos dispositivos. Ele revela que seu grupo — interessado em muitas alterações no texto — trabalhará em cima desse artifício a partir do momento que Ulysses Guimarães disciplinar a apresentação das emendas supressivas.

Reconhecendo que o tema é polêmico, Luís Eduardo comenta que a decisão dependerá muito do Presidente da Constituinte.

— Quem tem Ulysses, tem



Nelson Jobim quer definir limites

meio caminho andado — ironiza o Líder do Centrão, lembrando que o Presidente foi "muito acessível" no episódio de votação da reforma agrária, quando uma interpretação regimental favorável garantiu a vitória do Centrão.

Mas não são apenas os centristas que pretendem se agarrar a este artifício. O Vice-Líder do PT, Deputado José Genoíno (SP), mesmo admitindo que a retirada de um "não" transforma a emenda de supressiva em substitutiva, acha interessante esta alternativa.



Cabe a Ulysses decidir sobre eliminações que possam alterar conteúdos

— Estou de olho em vários "nãos" — adianta Genoíno, sem citar os artigos visados para não colocar o Centrão na defensiva.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), integrante da Mesa, acha que Nelson Jobim tem razão no aspecto jurídico. No entanto, acrescenta que o Regimento Interno é claro ao definir que a emenda pode suprimir qualquer expressão, ainda que isto crie uma situação inversa.

Mas o Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PE), apresenta um bom argumento para contrariar a tese de Arnaldo Faria de

Sá. Afirmando que o Regimento da Constituinte é omissivo nesta questão, ele busca auxílio no Regimento do Senado — como determina o próprio Regimento da Constituinte. No inciso II do artigo 349, está explícito: "Não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente".

Freire também lembra que a modificação do dispositivo, através da supressão de uma expressão, desvirtuaria o objetivo do segundo turno, que é confirmar um dispositivo já votado.

Dia da promulgação é apenas um palpite

BRASÍLIA — Alguns parlamentares, como o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) — um dos líderes do Centrão —, estão chegando à conclusão de que o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) estava certo: a Constituição será promulgada no dia 7 de setembro.

A única diferença é que Ulysses previra isto ao instalar a Assembleia, em fevereiro de 1987, e pode acertar mas com um atraso de 12 meses. Agora, Ulysses espera que os trabalhos da Constituinte não levem mais que um mês para concluir a Carta. No entanto, a articulação dos vários grupos demonstra ser este um prazo muito curto, principalmente porque só haverá, então, 20 dias úteis. Assim, cada título teria de ser resolvido em dois dias.

A expectativa varia muito com relação ao segundo turno, mas há outros prazos a serem cumpridos. Por isso, ninguém mais acredita na promulgação da nova Carta no final de junho, a última previsão feita por Ulysses.

Concluída a votação do projeto (primeiro turno), o Relator Bernardo Cabral terá sete dias para apresentar sua redação. Esse prazo não será todo utilizado, pois uma comissão de relatores auxiliares já está adiantando o texto.

Em seguida, haverá dois dias para a publicação e distribuição dos avulsos. Publicado o texto, a matéria será incluída na Ordem do Dia durante cinco dias. Neste mesmo prazo, cada parlamentar poderá apresentar quatro emendas supressivas, além



Cabral: Sete dias para a redação

de outras destinadas a corrigir omissões, erros ou contradições.

Encerrada a discussão, o Relator terá novo prazo de cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, seguidos de mais dois dias para publicação e distribuição. Somente aí começará a votação do segundo turno — provavelmente na segunda metade de junho.

Concluída a votação, o texto será encaminhado a uma Comissão de Redação. Apresentada, a redação final será publicada e distribuída em avulsos. Incluída na Ordem do Dia, será votada em 24 horas.

Reportagem de Helena Chagas, Lúcio Vaz, Fernando Guedes e Lufz Lanzetta

Os pontos que vão dividir o plenário

Estes são os temas polêmicos a serem votados no segundo turno:

TURNININTERRUPTO DE TRABALHO DE 6 HORAS — O Centrão quer eliminar a especificação das seis horas, com o argumento de que algumas categorias — como enfermeiros, vigilantes e petroleiros — preferem cumprir turnos maiores. No caso dos petroleiros que trabalham em plataformas marítimas, há até uma impossibilidade técnica para o cumprimento das seis horas: em muitos casos, o período seria gasto apenas com o deslocamento para o local de trabalho.

LICENÇA-PATERNIDADE —

Sempre foi ridicularizada pelos integrantes do Centrão, mas já começa a ser contestada também por Constituintes fora deste grupo. Cresce a opinião de que não se trata de matéria constitucional.

NACIONALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL — Os líderes do Centrão argumentam que a medida representaria o afastamento do capital estrangeiro de uma atividade que exige grandes investimentos. Eles acham que o País ficaria isolado e sem condições de explorar suas riquezas.

DIREITO DE GREVE — O Centrão não aceita a greve no caso das atividades essenciais. Além disso, o grupo considera que só pode ser

deflagrada na defesa de interesses trabalhistas.

JUROS ATÉ 12 POR CENTO — A batalha contra o tabelamento dos juros unirá a liderança do Centrão ao Deputado José Serra (PMDB-SP), um tradicional aliado da Liderança do PMDB.

FIM DOS CONTRATOS DE RISCO — Esta medida será prejudicial para a Petrobrás, afirmam os líderes do Centrão, embora a direção da empresa não tenha manifestado preocupação neste sentido. Os centristas consideram que a Petrobrás poderá sofrer retaliações de países estrangeiros.

REFORMA TRIBUTÁRIA — O Palácio do Planalto tentará supri-

mir o Fundo de Compensação de Exportações, responsável pelo repasse de 20 por cento dos recursos da União, e o dispositivo que amplia os percentuais da distribuição de recursos orçamentários. Encontram obstáculos em lideranças do Nordeste, inclusive centristas, que fecharam acordo com os representantes do Sul e do Sudeste, pelo qual ficaram garantidos ganhos significativos para Estados e Municípios.

HEMODERIVADOS — A proibição do comércio de sangue e derivados preocupa as lideranças do Centrão. Eles temem um colapso no abastecimento destes produtos, pela incapacidade de produção pelo

Governo.

REFORMA AGRÁRIA — Os partidos de esquerda tentarão suprimir o dispositivo que impede a desapropriação de terras produtivas, mas não contarão com o apoio da Liderança do PMDB.

ESTABILIDADE — O PT pretende recuperar o direito à estabilidade no emprego retirando a palavra "indenização" do artigo que define a garantia de emprego. Contará com o apoio dos demais partidos de esquerda e parte do PMDB.

TRABALHADORES RURAIS E DOMESTICOS — Os partidos de esquerda também tentarão eliminar toda a diferenciação entre tra-

balhadores rurais e urbanos e qualquer discriminação aos empregados domésticos.

TORTURA — Nos direitos fundamentais, a esquerda vai tentar acabar com a equiparação do crime de tortura aos crimes de tráfico de drogas e terrorismo.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL — Neste ponto, a esquerda se divide. Enquanto o PT quer decretar o fim da contribuição sindical, visando atingir o sistema confederativo, o PCB e o PC do B querem mantê-la.

SEGURANÇA NACIONAL — O PT já definiu que tentará suprimir o Conselho de Segurança Nacional e o Estado de Defesa.